



# PLANO ESTRATÉGICO MUNICIPAL

## ÍNDICE

1. PRINCÍPIOS GENÉRICOS
2. ABORDAGEM DE CONTEXTO
3. OBJETIVOS PROGRAMÁTICOS
4. PROGRAMA DE EXECUÇÃO
  - 4.1. PROMOVER A ECONOMIA E A COMPETITIVIDADE
  - 4.2. VALORIZAR O TERRITÓRIO E OS RECURSOS NATURAIS
  - 4.3. PROMOVER A COESÃO LOCAL E A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA
  - 4.4. REFORÇAR O POTENCIAL HUMANO, INSTITUCIONAL E A INCLUSÃO SOCIAL
5. CONCLUSÃO

## 1. PRINCÍPIOS GENÉRICOS

A operacionalização do Plano Estratégico do Município da Batalha passa, entre outros aspetos, pela execução de um conjunto de propostas para o concelho, as quais são materializáveis em investimentos dando lugar, por um lado, à elaboração de um programa que sistematiza todas as propostas e enuncia o seu faseamento temporal e, por outro lado, à identificação dos meios de financiamento mobilizáveis para a sua execução e à indicação das entidades a envolver na sua implementação.

Na elaboração do Plano Estratégico Municipal, procedeu-se à definição de vários projetos estratégicos que corporizam os grandes objetivos que presidem à formulação deste instrumento de planeamento, como sejam o correto ordenamento físico das infraestruturas, a utilização sustentável dos recursos naturais e a manutenção do equilíbrio biofísico, bem como o enquadramento e a valorização das potencialidades existentes.

O Plano procura delimitar unidades operativas de planeamento e gestão como forma de estabelecer a programação da urbanização, durante o período de vigência do Plano, e de garantir os meios técnicos e instrumentos de financiamento necessários para atingir esse fim. Neste sentido, e numa perspetiva de programar a implementação do Plano, delimitaram-se unidades operativas de planeamento e gestão.

## 2. ABORDAGEM DE CONTEXTO

Situada na região Centro, na sub-região do Pinhal Litoral, o concelho da Batalha conta com mais de 15 800 habitantes (Censos 2011) e uma superfície terrestre de 103,42 km<sup>2</sup>, repartida por 4 freguesias: Batalha, Golpilheira, Reguengo do Fetal, São Mamede. É limitado a norte e oeste pelo município de Leiria, a leste por Ourém, a sudeste por Alcanena e a sudoeste por Porto de Mós (Figura 1). A fundação da vila da Batalha está intimamente ligada ao aparecimento do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, mandado construir após a Batalha de Aljubarrota em 14 de Agosto de 1385, um conjunto patrimonial de grande valor histórico e cultural que se constitui como um poderoso elemento identitário e de atração deste território. Na freguesia da Batalha concentra-se cerca de 54% da população do concelho (8 548 habitantes, em 2001), o que evidencia o papel polarizador que a vila da Batalha exerce no sistema urbano e económico local e a importância que também assume a nível regional.

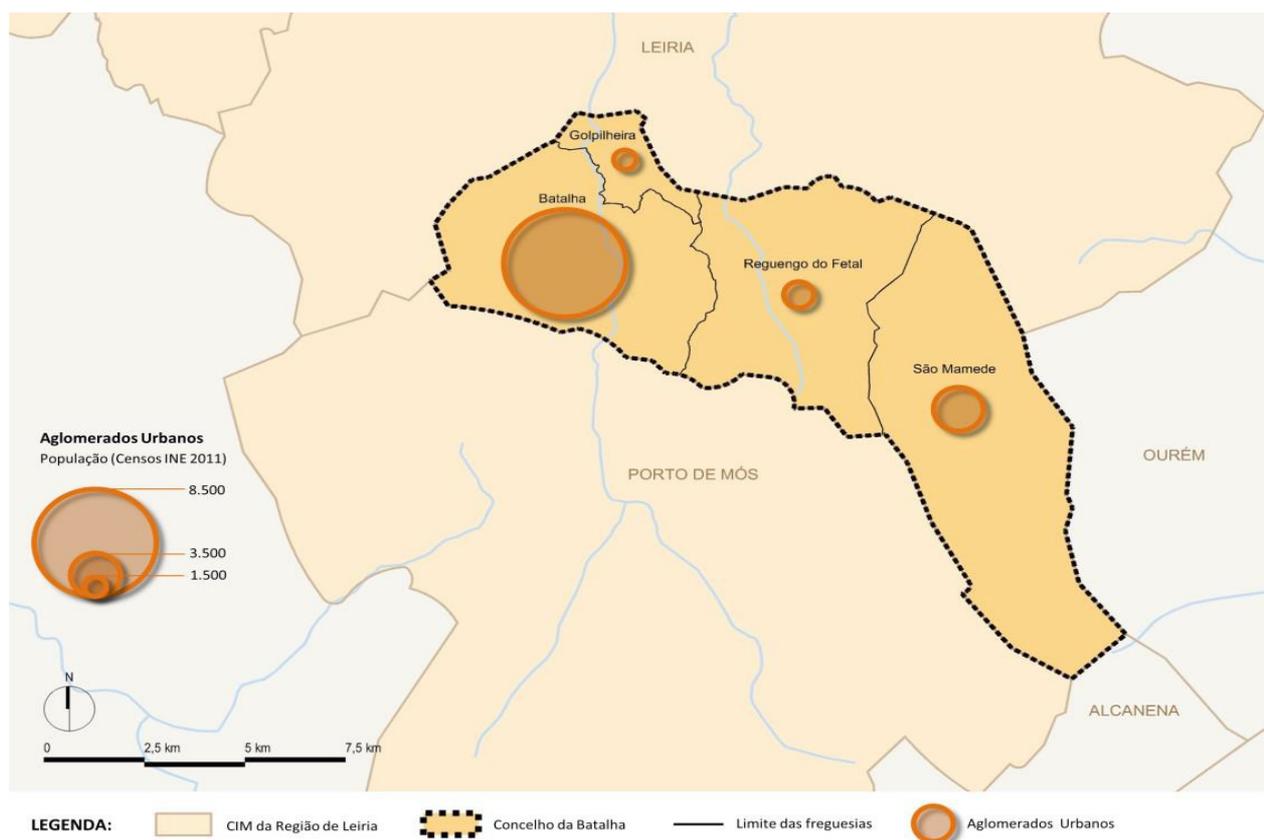


Figura 1 - Limites das Freguesias, aglomerados urbanos e população residente no concelho da Batalha (censos 2011 INE)

A Batalha relaciona-se diretamente com os municípios de Leiria e a Marinha Grande, incluindo-se ainda Pombal nesta dinâmica. Estes concelhos, tal como definido na proposta de Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT Centro), procuram sair da “sombra” provocada pela Área Metropolitana de Lisboa, evidenciando-se pelas suas qualidades e fatores diferenciadores. Trata-se de um objetivo bem vincado no Programa Operacional Regional (POR) do Centro, que define a estratégia de desenvolvimento regional para o futuro da Região Centro.

O subsistema urbano que integra Leiria, Marinha Grande, Pombal e Batalha, estrutura-se em função de Leiria e assenta num relacionamento produtivo histórico ligado à indústria vidreira e à indústria dos moldes, que tem vindo a registar um crescimento significativo. Mantém fortes inter-relações com o norte da Região de Lisboa e Vale do Tejo, particularmente com Alcobaça, Nazaré, Fátima e Tomar. Leiria assume-se como o principal polo económico e de emprego da Região, com significativa concentração de funções administrativas e de comércio e serviços. Já o eixo Alcobaça-Nazaré-Ourém/Fátima-Tomar evidencia uma oferta importante na área do turismo e do património.

A Batalha tem e terá sempre um papel fundamental nesta intermediação, designadamente no eixo turístico Alcobaça, Nazaré, Ourém/Fátima e Tomar. Aliás, o PROT do Oeste e Vale do Tejo assinala um importante arco de concentração do património a articular e potenciar, onde se integra a Batalha.

O concelho divide-se em duas zonas com características diferenciadas (centro/oeste e leste/sudoeste) divididas pela escarpa de falha do Reguengo do Fetal. A zona centro/oeste, com cerca de 10 km de extensão, é atravessada de norte a sul pela superfície aluvionar do rio Lena. A zona leste/sudoeste abrange cerca de 50% do território do concelho, e integra-se no maciço cársico do Planalto da Serra de São Mamede, que está inserido no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros. Uma parte substancial deste território está classificada como Sítio da Rede Natura 2000.

Excetuando a década de 60 do século XX, onde se registaram fortes fluxos de emigração, a evolução do crescimento da população no município tem seguido uma tendência de crescimento positivo. Esta situação evidencia alguma capacidade para fixar a população residente e atrair novos habitantes.

Porém, não se pode deixar de relevar a **tendência de envelhecimento progressivo da população**. Com uma

média de idades de cerca de 41 anos (INE, 2011), a Batalha tem uma base de população jovem muito reduzida, não se verificando uma renovação de gerações suficiente para inverter esta tendência de envelhecimento da população. Também a este nível se justificará um incremento na rede de oferta de equipamentos sociais, em ações conjuntas com parceiros locais e, em particular, com as instituições de solidariedade e segurança social.

A estrutura económica do concelho assenta essencialmente nos serviços e na indústria de transformação (cerâmica, moldes, transformação de pedra). Os setores secundário e terciário representam, no seu conjunto, quase 98% da economia do concelho. A dinâmica económica, muito ligada ao espírito empreendedor que sempre caracterizou este território e a sua população e organizações, tem permitido que a taxa de desemprego (7,87%) na Batalha se situe relativamente abaixo da média nacional (13,19%). Em termos económicos, a Batalha representa 6,5%(492.399.431€) da economia da sub-região do Pinhal Litoral, o que constitui um valor relevante face à dimensão do concelho.

**A acessibilidade privilegiada conferida pelos IC2 (antiga EN 1) e IC9, e pelas A19, A8 (saída Leiria) e A1 (saída Fátima), conferem à Batalha importantes vantagens locativas e competitivas para o desenvolvimento da sua economia.**

**O turismo é um SETOR-CHAVE na economia local** e com grande potencial de crescimento. O Mosteiro de Santa Maria da Vitória, um *ex libris* do concelho classificado pela UNESCO, desde 1983, como Património Mundial da Humanidade, faz movimentar anualmente milhares de turistas e visitantes, trazendo consigo importantes benefícios para a economia local. Segundo dados divulgados pela Direção-Geral do Património Cultural (DGCP), em 2014, o Mosteiro da Batalha foi o 2º Mosteiro Nacional mais visitado, com 300.565 visitas, apenas superado pelo Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa. Os dados agora conhecidos são uma excelente notícia para a Batalha, para o turismo e economia locais, e sobretudo um forte estímulo para continuarmos a valorizar e projetar para o mundo este extraordinário ex-líbris da história e arte nacionais.

Ao Mosteiro juntam-se **outros pontos de relevante interesse turístico**, como a Pia de Urso e o Ecoparque Sensorial, as grutas da Moeda, as paisagens naturais de rara beleza acessíveis através dos percursos pedestres entretanto criados (e.g. o percurso da Mata do Cerejal, inserida na Rede Natura 2000), ou o Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota. Estes recursos permitem consolidar a oferta no domínio

do património cultural e histórico e explorar novos produtos, como o turismo de natureza, configurando uma estratégia de diversificação de produtos associada ao aumento da capacidade de alojamento.

É neste contexto que se pretende dar um novo impulso ao sustentado processo de desenvolvimento que o concelho tem vindo a seguir nos últimos anos, apostando na qualificação, desenvolvimento e reforço da coesão no concelho. Para o efeito, assumem particular destaque questões como a dinamização do tecido económico e empresarial, a criação de emprego, a inovação e o empreendedorismo, a promoção da melhoria da qualidade de vida, a coesão social e territorial, a valorização do património e um território melhor ordenado, reabilitado e de grande qualidade ambiental.

A necessidade de fazer face às exigências que se colocam nos planos de intervenção antes descritos, num contexto de significativas restrições económico-financeiras, coloca novos e importantes desafios ao Município na criação das condições que permitam sustentar um novo ciclo de desenvolvimento neste território, que potencie os seus recursos territoriais, patrimoniais e socioeconómicos, e que seja capaz de atrair mais investimento, de criar mais emprego e de propiciar uma melhor qualidade de vida para a sua população.

O novo ciclo de programação dos fundos europeus estruturais e de financiamento 2014-2020 abre boas perspectivas no que concerne à aposta em iniciativas que fomentem a inovação, competitividade e empreendedorismo nos domínios estratégicos para o desenvolvimento socioeconómico do concelho. Abre também boas perspectivas no domínio da requalificação urbana e ambiental do território e da valorização do património cultural e natural.

### 3. OBJETIVOS PROGRAMÁTICOS

Numa perspetiva de rentabilização das infraestruturas existentes e de um desenvolvimento urbano coerente e progressivo, a transformação do solo urbanizável em solo urbanizado deverá ser concretizada dentro das seguintes premissas:

- a) Desenvolver intervenções urbanísticas que visem a expansão urbana em rede, por forma a garantir uma maior conectividade com as áreas edificadas existentes;
- b) Dar prioridade às áreas imediatamente contíguas aos espaços já edificados e infraestruturados;
- c) Programar e estruturar, nomeadamente as infraestruturas, as áreas habitacionais, os serviços, o comércio, a indústria e turismo, os espaços verdes e os equipamentos de utilização coletiva, promovendo situações de continuidade urbana;
- d) Integrar convenientemente os espaços verdes e os espaços de uso especial, assim como os troços de vias;
- e) Incentivar a criação de novos espaços verdes na sequência da elaboração de novos planos de pormenor, de operações de loteamento e de unidades de execução;
- f) Integrar as linhas de água e situações de potencial paisagístico e ambiental, valorizando-as enquanto elementos da estrutura ecológica;
- g) Manter, sempre que possível, a morfologia do terreno para minorar os volumes de aterro e escavação;
- h) Valorizar a componente natural e a preservação das espécies autóctones e introdução de vegetação;
- i) Definir malhas viárias coerentes e devidamente estruturadas, corretamente articuladas com a rede viária existente, garantindo a ligação das novas vias a pelo menos duas vias existentes, promovendo soluções de continuidade e fluidez;
- j) Enquadrar devidamente os traçados da rede viária, diminuindo os impactos negativos que por vezes estas infraestruturas representam para a paisagem urbana, nomeadamente ao nível do conforto visual e sonoro, e atenuando os efeitos de barreira;
- k) Contemplar as soluções adequadas à melhoria da acessibilidade de pessoas com mobilidade condicionada ao meio edificado e aos transportes públicos;
- l) Contribuir para a mobilidade sustentável, promovendo o respeito pelos parâmetros genéricos das infraestruturas e criando corredores e estruturas de suporte aos modos suaves de transporte.

A execução dos projetos estrategicamente mais relevantes, só é possível, se alicerçada na captação de fontes de financiamento da Estratégia 2020, no âmbito do Quadro Estratégico Comum 2014-2020. A definição das ações programáticas do Plano de Execução é coerente com a estratégia do **Portugal 2020** e do **Programa Operacional para a Região Centro**.

Com a adoção do Quadro Estratégico Comum 2014-2020, a União Europeia vem estabelecer um novo modelo de programação e distribuição dos apoios comunitários, no qual é reforçado o papel das regiões na definição de estratégias que sustentem o alcance das metas da EE2020 e que maximizem o impacto da política regional em conjugação com as outras políticas da União. Neste contexto, está consagrada a figura dos **Contratos de Parceria**, que irão incluir os compromissos assumidos regionalmente e que, alinhados com a política comunitária e com os programas nacionais de reforma, irão estabelecer uma *“abordagem integrada para o desenvolvimento territorial sustentada pelos fundos do Quadro Estratégico Comum”*.

Grande parte da estratégia concelhia para a implementação dos projetos previstos neste instrumento de planeamento, estará necessariamente escudada nos **Contratos de Parceria** a implementar com outros parceiros locais, autarquias e Comunidade Intermunicipal (CIM RL), no âmbito das **Abordagens Integradas de Base Territorial (AIBT)**, os quais devem enquadrar-se num quadro de referência que se materialize nos seguintes objetivos para o Concelho da Batalha:

- ✓ *Aumentar a produção de sinergias positivas e a escala de referência territorial dos investimentos de iniciativa municipal, robustecendo o nível supramunicipal;*
- ✓ *Promover a integração harmoniosa de investimentos em infraestruturas e equipamentos públicos com os relativos ao crescimento económico e ao desenvolvimento social;*
- ✓ *Valorizar e garantir a produção de resultados, efeitos e impactos na modernização e diversificação da base económica, na criação de emprego e na melhoria das condições de vida dos cidadãos.*

O objetivo constante do melhor aproveitamento das oportunidades de financiamento externo comunitário, e a redução das necessidades da contrapartida pública autárquica é fundamental na operacionalização do Plano. A União Europeia, na proposta de implementação do Quadro Estratégico Comum 2014-2020, reitera que as atuais mudanças e desafios terão um impacto distinto em cada estado membro e região. Estas diferenças decorrem do potencial específico de desenvolvimento e dos recursos disponíveis em termos de

capital humano, físico e ambiental, conhecimento, instituições e redes em que se insere e que condicionam a maior ou menor capacidade de cada região para alcançar as metas 2020.

Com efeito, esta mudança de paradigma na abordagem dos fundos europeus irá marcar uma nova etapa na programação dos investimentos públicos de base local, pelo que se equacionará a necessidade de projetar novos investimentos de natureza supramunicipal e de cariz municipal, **muito focalizados em operações de regeneração urbana, valorização e qualificação do ambiente, eficiência energética, qualificação do património, formação profissional, competitividade e internacionalização do tecido económico concelhio**, norteados pelos seguintes objetivos estratégicos:

- ✓ Aumentar a competitividade das pequenas e médias empresas;
- ✓ Promover a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação;
- ✓ Concretizar e apoiar projetos que visam a mudança para uma economia de baixo carbono;
- ✓ Proteger o ambiente e promover a eficiência de recursos;
- ✓ Promover uma maior adaptação às mudanças climáticas e prevenir riscos naturais;
- ✓ Promover o emprego e apoiar a mobilidade no trabalho;
- ✓ Promover a inclusão social e o combate à pobreza;
- ✓ Investir na educação, na formação e na aprendizagem ao longo da vida;
- ✓ Capacitar as instituições e promover a eficiência na administração pública.

## 4. PROGRAMA DE EXECUÇÃO

O **Programa de Execução** encontra-se subdividido em **4 grandes domínios de intervenção**, que aglutinam as intervenções consideradas prioritárias para o horizonte do Plano:

- **Eixo I - Promover a economia e a competitividade;**
- **Eixo II - Valorizar o território e os recursos naturais;**
- **Eixo III - Promover a coesão social e a melhoria da qualidade de vida;**
- **Eixo IV - Reforçar o potencial humano, institucional e a inclusão social.**

Ultrapassado o ciclo em que as prioridades estiveram maioritariamente focalizadas na infraestruturização, importará agora enfrentar novos desafios, mais relacionados com distintos fatores de desenvolvimento e de coesão. Aspetos específicos como a promoção da internacionalização das empresas, a qualificação dos recursos humanos, a articulação com o sistema científico e tecnológico, o intercâmbio internacional, o fomento da atividade empreendedora, o turismo e a valorização do património natural e cultural, a eficiência energética e as energias renováveis, a mobilidade sustentável, ou a regeneração urbana, implicarão necessariamente a adoção de um novo posicionamento dos diferentes atores.

Os eixos estratégicos de intervenção que irão suportar um novo ciclo de desenvolvimento e de coesão no concelho, focalizar-se-ão nas necessidades de:

- Melhoria do “ecossistema” empresarial, particularmente ao nível das condições para a localização de empresas nas áreas de localização empresarial do concelho (e.g. Parque Industrial da Jardoeira e futuros Parques Empresariais da Batalha e de São Mamede), e dos novos estímulos para o desenvolvimento dos setores produtivos estratégicos e das empresas instaladas ou que se pretendem instalar no concelho;
- Desenvolvimento da atividade agrícola e florestal, apoiando os investimentos nestes setores, bem como os serviços de apoio a estas atividades, num quadro de valorização integrada do espaço rural do concelho e das suas comunidades;

- Valorização do património histórico e do conjunto de elementos patrimoniais e culturais notáveis do concelho, suportada na mais-valia que constitui a classificação pela UNESCO do Mosteiro de Santa Maria da Vitória como Património Mundial da Humanidade e nas oportunidades que configuram as redes patrimoniais alargadas onde o concelho da Batalha se insere, em parceria com os concelhos de Tomar, Alcobaça e Coimbra (e.g. Rede de Mosteiros Portugueses Património da Humanidade);
- Desenvolvimento da atividade turística, apoiada nos recursos turísticos endógenos (património monumental e cultural e património natural e paisagístico), numa oferta diversificada e integrada de serviços e numa oferta de alojamento qualificada;
- A regeneração urbana, tendo por base um conjunto de intervenções integradas que atuem em diferentes planos (edificado, espaço público, equipamentos e infraestruturas urbanas, atividades económicas, eficiência energética e mobilidade sustentável), abrindo um novo ciclo de reabilitação de revitalização das áreas urbanas do concelho, incluindo a vila da Batalha – com destaque para a **Área de Reabilitação Urbana (ARU)** recentemente delimitada – mas também extensível a outros núcleos urbanos consolidados ao nível das freguesias de S. Mamede, Reguengo do Fetal e Golpilheira.

#### 4.1 EIXO I - PROMOVER A ECONOMIA E A COMPETITIVIDADE

O concelho da Batalha tem um conjunto de recursos e potencialidades que podem estar na base de uma nova dinâmica produtiva e empreendedora, que reforce as cadeias de valor daqueles recursos que já estão no mercado e que promova novos processos de progresso económico, assentes em estratégias de inovação e internacionalização, através de uma conjugação de esforços, centrados na criação de valor acrescentado, tanto por parte de entidades privadas como por parte do terceiro setor e da administração pública.

A Batalha possui uma estrutura produtiva diversificada, em que coexistem áreas de especialização tradicionais (cerâmica e minerais não metálicos), com atividades económicas mais recentes, assentes em tecnologia (metalomecânica, moldes, equipamentos), mas igualmente atividades intensivas em conhecimento (tecnologias da informação, biotecnologia, energias renováveis, novos materiais e saúde). A concretização de todo o seu potencial assenta, em boa medida, numa forte base de **reforço da industrialização já existente** e com fortes tradições na Região Centro, adaptando-a aos novos desafios,

através da constante adoção das melhores práticas direcionadas para o **reforço da produtividade, da eficácia e da eficiência**, através de uma constante inovação, suportada numa sólida base de conhecimento, de I&D e de capital humano qualificado.

Independentemente do apoio que pode e deve ser dado a todo e qualquer projeto, independentemente do setor em que se enquadre, pretende-se que a atividade económica do Concelho seja cada vez mais relevante na capacidade de mobilizar toda a economia regional, podendo igualmente vir a beneficiar dos Polos de Competitividade e Tecnologia (PCT) e Clusters definidos nas **estratégias de eficiência coletiva** no âmbito do novo QREN, e com especial impacto na economia da Região Centro. É por isso que a Autarquia procurará mobilizar meios e potenciar instrumentos de apoio para que as indústrias mais relevantes se integrem numa estratégia de especialização inteligente (RIS3), concertada com a CCDRC, nos domínios da:

- *Agricultura e floresta;*
- *Turismo;*
- *Regeneração urbana e património;*
- *TICE (Tecnologias de Informação Comunicação e Eletrónica);*
- *Biotecnologia;*
- *Saúde e bem-estar.*

Numa lógica de cooperação institucional, o Município da Batalha, através do seu Gabinete de Apoio ao Empresário, procurará capacitar as empresas para o recurso ao Programa Operacional Temático para a Competitividade e Internacionalização (POCI), que tem como finalidade contribuir para a criação de uma economia mais competitiva, baseada em atividades intensivas em conhecimento, na aposta em bens e serviços transacionáveis e internacionalizáveis e no reforço da qualificação e da orientação exportadora das empresas, promovendo, igualmente, a redução de custos associada a uma maior eficiência dos serviços públicos e à melhoria dos transportes e sua integração nas redes transeuropeias.

Neste domínio de intervenção - **promover a economia e a competitividade** – as iniciativas do Município e dos seus parceiros locais, dirigir-se-ão para ações que promovam:

- O investimento empresarial em inovação, criatividade, internacionalização e formação;
- A instalação de empresas em novas Áreas de Localização Empresarial, na Jardoeira/Santo Antão,

Pinheiros e São Mamede;

- O reforço das capacidades de investigação e inovação;
- O desenvolvimento das ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o ensino superior;
- A integração do Município e parceiros locais (empresas, ensino, etc.) em “Consórcios Europeus” de I&D através do Horizont 2020, capazes de promover novas iniciativas de empreendedorismo de base tecnológica;
- A modernização da administração pública e local, visando a redução dos custos de contexto;
- O reforço do apoio a atividades produtoras de bens e serviços transacionáveis, bem como no apoio a projetos empresariais que visam o investimento em inovação, criatividade, internacionalização e formação de competências fundamentais para o reforço da competitividade das empresas, em particular das PME do Concelho;
- A criação de “Fábricas Laboratório (FABLAB)” geradoras de externalidades positivas (nomeadamente, em termos de criatividade e conhecimento) em cooperação com ensino superior (Ex. Instituto Politécnico de Leiria) que potencie investimentos em investigação, desenvolvimento e inovação (I&D&I);
- O apoio à participação das empresas em *workshops* e feiras internacionais.

Neste domínio, os projetos estrategicamente mais relevantes encontram-se enunciados no quadro que se segue:

Quadro 1 – PROJETOS MAIS RELEVANTES | EIXO 1 – PROMOVER A ECONOMIA E A COMPETITIVIDADE

EIXO ESTRATÉGICO : I															
PROMOVER A ECONOMIA E A COMPETITIVIDADE															
N.º	Projeto / Ação	Invest.º	Financ.º		Calendarização										
			AA	FC	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1	Consolidação das Área de Localização Empresarial do Concelho					—	—	—	—	—					
1.1	Expansão da Área de localização empresarial da Batalha (Zona Norte)	400 000	50%	50%		—	—	—							
1.2	Expansão da Área de localização empresarial da Batalha (Zona Sul)	300 000	50%	50%		—	—	—							
1.3	Expansão da Zona Industrial dos Pinheiros	1 200 000	50%	50%		—	—	—							
1.4	Criação da Zona Industrial de S. Mamede	1 800 000	50%	50%			—	—	—	—					
1.5	Eixo Viário de Apoio a ALE S. Mamede (last-mile)   Ligação IC9 a EN 356	600 000	50%	50%			—	—							
2	Criação de Fábrica Laboratório (FABLAB) nos clusters do Património e da Pedra	400 000	15%	85%		—	—	—							
3	Participação em Consórcio Europeu para o Empreendedorismo e I&D em Indústrias Tecnológicas	200 000		100%		—	—	—	—						
4	Centro de Apoio à Rede Europeia de Investigadores   FABLab "Património Sustentável"	1 600 000	15%	85%		—	—	—							
5	Unidade Operacional de Apoio às Indústrias Criativas (Creative Box)	150 000	50%	50%			—	—							

## 4.2 EIXO II – VALORIZAR O TERRITÓRIO E OS RECURSOS NATURAIS

Tal como foi evidenciado na proposta de ordenamento do Concelho da Batalha a componente biofísica constitui um dos fatores mais importantes no desenvolvimento do território. Esta consideração é demais evidente no processo de delimitação da Reserva Ecológica Nacional, na definição da Estrutura Ecológica Municipal, na presença do Sítio da Rede Natura 2000 Serras de Aire e Candeeiros, que concorreram para a classificação e qualificação do solo rural na proposta de ordenamento. A definição criteriosa do solo urbanizado e urbanizável, bem como das subcategorias do solo rural, aglomerados rurais e áreas de edificação dispersa tem por objetivo o controlo da dispersão de edificação e do fracionamento da propriedade rústica, remetendo para este solo rural o enquadramento de atividades/funções, cujas especificidades e funcionalidades assim o exigem, do ponto de vista da compatibilização de usos, das necessidades de grandes “consumos de solo” e da localização de recursos naturais.

Desta forma, com base na identificação dos valores naturais presentes no território e da estrutura biofísica foram regulamentados os diversos usos, considerados mais compatíveis com a capacidade de carga do solo rural. Com efeito, a presença do Sítio da Rede Natura 2000 Serras de Aire e Candeeiros constitui não só uma oportunidade para a proteção e conservação da vegetação e da flora, como também representa uma notável mais-valia do ponto de vista paisagístico, do qual depende a atividade turística em solo rural. A proposta de ordenamento para o solo rural procura potenciar os setores agrícola e florestal, como importantes atividades económicas das populações locais. Embora em termos de emprego este setor abranger apenas 2% da população ativa, é importante realçar que a sua importância não se revela nos indicadores estatísticos, constituindo, muitas vezes, um relevante complemento da economia familiar da população do Concelho. Neste contexto, o Município da Batalha apresenta, para além de significativas áreas com potencial agrícola, extensas áreas de produção florestal que importa proteger e ordenar. A preservação dos solos com potencial agrícola foram identificados na delimitação da Reserva Agrícola Nacional, pretendendo também esta revisão incluir outros tipos de solos também vocacionados para esta atividade, que, embora, mais “pobres” apresentam características edafoclimáticas propícias para culturas como a vinha e o olival. Do ponto de vista da produção florestal cabe à administração local, em parceria com as restantes entidades públicas com competências na defesa da floresta contra incêndios, desenvolver as medidas e ações de planeamento e intervenção mais adequadas. Neste âmbito encontra-se prevista a revisão do plano municipal de defesa da floresta contra incêndios, que articula diretamente com o plano diretor municipal, bem como a promoção de outras ações, como operações de silvicultura preventiva, ou a videovigilância florestal. A par do aproveitamento agrícola, pecuário e florestal ou de recursos geológicos, outros tipos de ocupação humana têm vindo a procurar aqui fixação, tais como determinadas

infraestruturas e equipamentos, relacionados com a eficiência energética, tais como os parques eólicos. Reconhecendo a importância do contributo das energias renováveis para a economia concelhia, desde 2006 foram instalados 2 parques eólicos, com 11 e 6 aerogeradores, respetivamente, com uma potência total de 37,3 Mw. De sublinhar que se encontram em tramitação pedidos de instalação de mais 2 parques eólicos no Concelho, na Serra da Maunça e Cabeços de Marvila e de sobreequipamento do Parque Eólico de Chão Falcão II, o que demonstra inequivocamente a apetência do território para a localização deste tipo de atividade, mais concretamente das freguesias de São Mamede e Reguengo do Fetal.

A identificação dos riscos naturais existentes no território, procura enquadrar no plano diretor municipal, por um lado, a preservação do quadro natural e paisagístico, em particular dos recursos hídricos, da floresta, e dos espaços com potencial agrícola e, por outro lado, a sua gestão sustentável, pelo que o modelo territorial municipal comporta um sistema de prevenção e gestão dos riscos, do qual a revisão do plano municipal de emergência constitui um importante instrumento de planeamento.

A recente delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana (ARU) da Vila da Batalha expressa a necessidade de dar corpo a uma solução mais integrada e alargada ao nível do espaço público e do edificado. Na base da delimitação da ARU (Aviso n.º 4157/2014, de 26 de março) estão intrinsecamente associadas ações nos domínios da reabilitação urbana, da qualificação ambiental dos espaços verdes e do património edificado.

As ações em matéria de reabilitação urbana e dotação de equipamentos e serviços coletivos não se esgotam na sede de Concelho, pelo que o Município estabeleceu um conjunto de intervenções a este nível para as sedes de freguesia, em função das necessidades mais prementes e assegurando a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social, tal como preconizado pelo Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território. A mobilidade urbana e as acessibilidades constituem, atualmente, um dos temas centrais do ponto de vista da competitividade territorial e da coesão social e dos mais influentes ao nível das decisões locais de novas atividades e geração de dinâmicas inovadoras, constituindo ainda um fator relevante na regeneração do tecido urbano. O enfoque é centrado na disponibilização à população de condições e escolhas de acessibilidade e mobilidade que lhes proporcionem deslocações seguras, confortáveis, com tempos aceitáveis e custos acessíveis, exercida com eficiência energética e reduzidos impactos ambientais (IMTT, Diretrizes Nacionais para a Mobilidade, março, 2011).

Neste âmbito, o Município prevê a reabilitação de diversos troços de vias, promovendo a mobilidade pedonal entre os aglomerados urbanos; a requalificação de infraestruturas rodoviárias, sob o ponto de vista da segurança e a disponibilização de infraestruturas para utilização de modos não motorizados, i.e. ciclovias.

Neste seguimento, o Município da Batalha definiu os seguintes objetivos para a valorização do seu território e dos seus recursos naturais:

- Favorecer um crescimento urbano compacto, contrariando a edificação isolada, e promovendo a reabilitação do património edificado e histórico e a identidade e a singularidade da paisagem urbana e rural;
- Reforçar e melhorar a rede patrimonial e cultural do Concelho, tendo em vista a promoção e a valorização integrada do território mais vasto em que se insere, diversificando a oferta de produtos turísticos (tais como o termalismo, a saúde e bem-estar, o vinho, entre outros);
- Dotar o território de níveis adequados de acessibilidade e mobilidade, em articulação com as funções urbanas existentes ou propostas;
- A revitalização do setor agrícola e florestal e a valorização do património natural;
- A prevenção e minimização dos riscos naturais;
- A sustentabilidade ambiental dos projetos públicos e privados em solo rural, no que respeita à eficiência energética, à promoção das energias renováveis e à prevenção da poluição difusa de infraestruturas e de atividades humanas;
- A concretização de operações de regeneração urbana, ambientalmente sustentadas nos núcleos urbanos consolidados da Vila da Batalha;
- Requalificar as margens do Rio Lena em toda a sua extensão.

Neste domínio, os projetos estrategicamente mais relevantes encontram-se enunciados no quadro que se segue.





#### 4.3 EIXO III– PROMOVER A COESÃO LOCAL E A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA

Apesar do esforço preconizado pelo Município de disponibilização de infraestruturas e equipamentos de utilização coletiva, foram identificadas algumas situações deficitárias que se pretende colmatar para reforçar a coesão local e a melhoria da qualidade de vida da população.

Neste capítulo, damos particular enfoque à **valorização dos recursos específicos do território** e ao **reforço da sua identidade**, potenciando novos projetos que correspondam aos anseios e necessidades da população e às potencialidades de cada espaço geográfico. Nas fichas de projeto estão identificados um conjunto de equipamentos que contribuem para o **reforço da coesão local** e que visam a **qualificação integrada do território** através da criação de novos investimentos em serviços coletivos de proximidade. Com a política de investimentos preconizada para os próximos anos, podemos garantir a melhoria da qualidade de vida das populações, a inclusão social e o equilíbrio das redes locais de equipamentos.

Merece destaque, o potencial turístico do Concelho, estando intrinsecamente ligado à presença de valores naturais em solo rural, pelo que se pretende reforçar as redes de percursos pedestres e de BTT e criar um novo roteiro turístico associado ao conceito de “aldeias inclusivas”, assim como a instalação de empreendimentos turísticos numa lógica de sustentabilidade e de aproveitamento dos recursos endógenos, onde projetos como a reabilitação das antigas escolas primárias nas aldeias ou a reabilitação das pedreiras históricas têm lugar. Mas não só, o Concelho da Batalha, como já foi anteriormente referido, apresenta um relevante conjunto de valores patrimoniais arquitetónicos, com especial ênfase para o Mosteiro de Santa Maria da Vitória, Património Mundial da Humanidade, que gera importantes fluxos turísticos, que interessam rentabilizar. Para tal, o Município da Batalha, em parceria com diversos atores chave, pretende disponibilizar uma oferta mais alargada nos domínios da promoção turística, do turismo de lazer e da saúde e bem-estar.

Por considerarmos de relevante interesse estratégico, damos particular destaque aos projetos que estão a ser desenvolvidos para enquadramento no novo Quadro Comunitário de Apoio (QCA):

➤ **UNIDADE DE APOIO À REDE EUROPEIA DO CONHECIMENTO PARA A JUVENTUDE (Casa da Juventude):**

Decorre este projeto da adaptação de edifício existente no centro da Vila da Batalha (Ex-Hospital da Misericórdia), e sua reconversão **numa infraestrutura de apoio à juventude que favoreça a criação de uma**

**rede de conhecimento e o intercâmbio entre jovens da nossa Região com jovens dos Estados-Membros da União Europeia, dos países EFTA-EEE (Islândia, Liechtenstein, Noruega, Suíça) e nos países e territórios ultramarinos pertencentes à Comunidade Europeia.** Constitui uma oportunidade de integração no âmbito da **"estratégia comunitária para a Juventude - Investir e Mobilizar"**, criada ao nível do Conselho Europeu. O projeto fomentará a participação dos nossos jovens no Programa Erasmus + e a criação de uma rede de parceiros para o fomento de candidaturas no âmbito do Programa Leonardo Da Vinci, ou outro que o venha a substituir no âmbito do Horizon2020.

#### ➤ CENTRO DE APOIO A REDE EUROPEIA DE INVESTIGADORES | FABLAB de Apoio ao Património

O Projeto visa a reabilitação de antigo edifício Paços do Concelho, melhor identificado por “Casa Dr. Gens”, para instalação de uma FABLAB que estimule a criatividade através da materialização de ideias empreendedoras a aplicar em cluster ligado ao Património, a par de um Centro de Apoio a uma “Rede Europeia de Investigadores” que se pretende constituir no âmbito de um consórcio com parceiros europeus (municípios e entidades do ensino superior), complementado com acervo histórico. As ações imateriais para o fomento das iniciativas de intercâmbio científico e turístico a propiciar neste espaço, serão candidatas ao Programa Horizon2020, em consórcio com outras entidades europeias, havendo a possibilidade de realização de candidaturas na área do Turismo e Património para a «*valorização dos mosteiros cristãos na Europa e sua herança cultural*», como ferramenta de projeção internacional do Mosteiro de Santa Maria da Vitória e de promoção de projetos de desenvolvimento 3D para o património edificado, classificado pela UNESCO.

#### ➤ UNIDADE TERAPÊUTICA PARA A REABILITAÇÃO COM ÁGUAS TERMAIS (TERMAS DAS SALGADAS)

Pretende-se a instalação de uma Unidade Terapêutica com componente reabilitativa a partir de tratamentos com águas termais, sendo estas exploradas de furo existente no lugar das Brancas (de propriedade da Autarquia), devidamente licenciado pela Direção-Geral de Energia e Geologia.

Este é um importante projeto de exploração dos recursos endógenos existentes no Concelho, impar a nível nacional, devido às excelentes qualidades físico-químicas das águas, cuja vocação é eminentemente dirigida para tratamentos músculo-esqueléticos e das vias respiratórias, do foro terapêutico.

#### ➤ REQUALIFICAÇÃO DO PAVILHÃO MULTIUSOS

O Pavilhão Multiusos, localizado na Zona Desportiva da Batalha, é uma infraestrutura vocacionada para a realização do Mercado Semanal de produtos verdes hortícolas, frutícolas e venda de peixe, com uma multifunção de apoio à realização de eventos culturais, recreativos e espetáculos. Com o projeto de requalificação desta infraestrutura, pretende-se reforçar a sua intervenção alargando a sua amplitude de atuação também para a prática desportiva, acolhendo um polivalente que satisfaça as necessidades locais que resultam de um programa desportivo dinamizado pelo associativismo e pelos estabelecimentos de ensino que se localizam nas suas imediações, no âmbito do desporto escolar, designadamente o Centro Escolar da Batalha e Agrupamento de Escolas da Batalha (1º, 2º, 3º ciclos e ensino secundário).

#### ➤ PARQUE DE EVENTOS SANTA MARIA DA VITÓRIA

Criação de um parque de apoio à realização de eventos de natureza cultural e recreativa, através de uma operação de requalificação do antigo campo de futebol e das respetivas infraestruturas de apoio, localizado junto ao Parque Cónego Simões Inácio, nas imediações do Mosteiro Santa Maria da Vitória. Este espaço permitirá a realização de eventos de iniciativa municipal e supramunicipal, tais como certames, feiras, espetáculos de música e outras festividades, com dimensão à escala regional, tendo como “*pano de fundo*” o Mosteiro Santa Maria da Vitória. Do enquadramento do parque de eventos junto ao monumento classificado pela UNESCO, resulta a possibilidade de introduzirmos “obras de arte” alusivas a temas da “História de Portugal”. A sua articulação com o edificado monumental, justifica a realização de operações de reabilitação com elementos de ligação entre o Mosteiro e a Cerca Conventual a norte. O Parque poderá acolher os eventos culturais e recreativos mais emblemáticos do Concelho, designadamente as Festas de Agosto, a Feira Internacional de Artesanato, a Gala Internacional de Folclore, a Feira Medieval, espetáculos de música de verão, e tantas outras iniciativas

que fazem parte do programa cultural promovido pelo município, assim como outros eventos de âmbito regional ou nacional que promovam a nossa região.

#### ➤ CENTRO ESCOLAR DO REGUENGO DO FÉTAL

Completando a rede de equipamentos escolares, preconiza-se a construção de um novo Centro Escolar EB1 no Reguengo do Fetal, com capacidade para 4 salas de aula do 1º CEB e instalações de apoio. O projeto permitirá a concentração das escolas do 1º CEB da Torre e da escola do 1º CEB do Reguengo do Fetal, e ainda o acolhimento das crianças dos lugares de Torrinhãs, Alcaidaria, Garruchas, e Rio Seco cujos estabelecimentos escolares foram encerrados, a partir de 2004. Considera-se que a oferta solidária ao nível do pré-escolar, contratualizada com Centro Paroquial de Assistência do Reguengo do Fetal (JI do Trevo), ao dispor de 3 salas de atividades, assegura as necessidades da freguesia nesta componente de ensino.

➤ **REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA SEDE DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA BATALHA:**

A intervenção resulta da necessidade de requalificação dos edifícios da escola sede do Agrupamento de Escolas da Batalha, no âmbito de um processo de negociação em curso, só possível de realizar através da Autarquia, caso se concretize o respetivo contrato-programa de financiamento com o Ministério da Educação e a coberto de um contrato interadministrativo de transferência de competências.

Neste domínio, os projetos estrategicamente mais relevantes encontram-se enunciados no quadro que se segue.



#### 4.4 EIXO IV– REFORÇAR O POTENCIAL HUMANO, INSTITUCIONAL E A INCLUSÃO SOCIAL

O Município definiu um novo ciclo de desenvolvimento que implica a definição de prioridades, em função das crescentes limitações financeiras, perspetivando uma estratégia para o futuro que assente em parcerias locais e supramunicipais, otimizando os recursos e olhando mais para a qualidade de vida das pessoas. O quadro de atuação assente nos seguintes objetivos específicos:

- Fomentar políticas de inclusão social e de combate à pobreza;
- Cooperar com os restantes parceiros na promoção de equipamentos sociais;
- Reforçar a cooperação institucional em torno das políticas de promoção do ensino profissional, valorização profissional, empreendedorismo jovem e educação;
- Criar redes europeias que favoreçam o intercâmbio de jovens e instituições capazes de promover a empregabilidade, o empreendedorismo e o estreitar de laços entre diferentes civilizações.

No que diz respeito à coesão e inclusão social o Município tem vindo a desenvolver projetos que integram as questões da pobreza e exclusão social, da cidadania e participação cívica, da discriminação social de grupos particularmente vulneráveis, e ainda, da igualdade de género e da conciliação entre vida profissional e vida familiar (Avaliação ex-ante do Programa Operacional Temático para o Potencial Humano – Relatório, fevereiro, 2007).

Neste âmbito é de destacar o papel da Rede Social em matéria de “promoção de um conceito de cidadania e o do reconhecimento da importância da igualdade de oportunidades como forma de combater a desigualdade e a exclusão social”. Estes projetos englobam o estabelecimento de planos de ação e o envolvimento de parceiros ativos locais, como as IPSS, Segurança Social, entre outros e visam colmatar as necessidades identificadas de apoio à infância e terceira idade, no que diz respeito à construção de equipamentos sociais.

Segundo o Plano de Ação Regional 2014-2020 da CCDRC, no que respeita à capacitação, racionalização e modernização dos serviços públicos prestados a nível local, importa garantir um caminho de forte evolução centrada no combate a custos de contexto, simplificação e qualificação das respostas dadas, e em tempo útil, através de uma organização da Administração Pública de base multinível, desconcentrada, invertendo a situação atual.

Neste contexto, desde 2009 que o Município da Batalha assegura o funcionamento do *Gabinete de Inserção Profissional* (GIP) que tem por objetivo apoiar jovens e adultos desempregados na definição ou desenvolvimento do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho, em estreita cooperação com o Centro de Emprego de Leiria. Em 2010 foi criado um espaço próprio de atendimento destinado a jovens e adultos desempregados, à procura de novo emprego e jovens e adultos com necessidade de apoio à qualificação e ao empreendedorismo, onde é prestada informação sobre formação profissional, apoio à procura ativa de trabalho, divulgação de ofertas de emprego, entre outras.

Dentro das suas atribuições, para além das ações imateriais previstas no quadro das prioridades definidas para este objetivo estratégico, a Câmara Municipal procurará, em cooperação com a Rede Social Local, estabelecer uma “Parceria Local” que se mobilize em torno das seguintes prioridades:

- a) Adequar a taxa de cobertura de equipamentos para a população idosa, apoiando a instalação de duas novas estruturas de Lar de Apoio a Idosos e à Deficiência nas freguesias da Batalha e de S. Mamede, em articulação com a Santa Casa da Misericórdia da Batalha e Centro Paroquial de S. Mamede;
- b) Apoiar a refuncionalização de equipamentos sociais existentes, adequando-os a novas respostas na área da saúde e de apoio social, potenciando a sua integração na rede de referenciação dos cuidados primários de saúde e cuidados continuados integrados (Ex. Cuidados Continuados no Domicílio, Cuidados Paliativos, Residenciais de Apoio à Deficiência, Casa de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica, etc.);
- c) Potenciar as oportunidades proporcionadas pelas tecnologias de informação implementando uma rede de apoio através da teleassistência, enquanto instrumentos para a melhoria do acesso aos cidadãos aos serviços, designadamente a população sénior;
- d) Consolidar e qualificar a rede institucional de respostas sociais, segundo a lógica de serviços de proximidade e intermunicipalidade, potenciando, através das Instituições de Solidariedade Social do Concelho, o recurso aos incentivos comunitários a integrar em DLBC's;
- e) Reforçar o trabalho de parceria entre as instituições responsáveis pelas políticas de solidariedade e que têm responsabilidades ao nível das políticas de emprego, educação e formação;
- f) Garantir recursos mínimos de satisfação de necessidades básicas da população em todas as áreas (educação, saúde, cultura, desporto, etc);
- g) Facilitar o acesso dos grupos mais vulneráveis ao mercado de trabalho e/ou a atividades socialmente úteis, por via do desenvolvimento de respostas integradas no domínio das medidas ativas de emprego;
- h) Promover o acesso a atividades geradoras de economia familiar disponibilizando instrumentos de apoio (Ex. recurso ao Programa FINICIA e outros);

- i) Garantir respostas sociais de apoio às famílias nas escolas através das refeições escolares, das atividades de tempos livres, apoios ao ensino especial, atividades desportivas adaptadas a crianças portadoras de deficiência, e outras iniciativas em complementaridade de respostas com o ensino público;
- j) Garantir a resposta a indivíduos e ou famílias com necessidades de alojamento temporário adequando as soluções à precaridade das famílias.

Em matéria de acesso equitativo à educação, o Município da Batalha tem competências relativamente ao pré-escolar e 1º ciclo, áreas sobre as quais tem desenvolvido a *ação social escolar* e os *transportes escolares*. No domínio dos equipamentos educativos e, tendo como referência a implementação das propostas plasmadas na Carta Educativa, promoveu a construção de centros educativos na Vila da Batalha e São Mamede, encontrando-se em fase de projeto o centro educativo do Reguengo do Fetal, dando resposta, desta forma, aos objetivos em termos de oferta da rede escolar.

Em linha de conta com as orientações estratégicas para o setor da economia social, o Município reforçará os seus laços de cooperação institucional, de modo a proporcionar aos seniores oportunidades de um envelhecimento saudável e ativo. À população mais jovem, maiores possibilidades de empregabilidade, através da disponibilização de equipamentos, de plataformas de comunicação e de acesso ao ensino, assim como a adoção de medidas que fomentem a inclusão social, as competências pessoais e o acesso ao conhecimento.

O Município pretende criar uma nova geração de políticas que possibilitem mobilizar os agentes da educação, a economia e a comunidade, em projetos de natureza transversal no domínio das TIC, com a preocupação pela inclusão digital, mobilizando a sua capacidade para garantir serviços à distância, seja informacionais seja de substituição da presença (Ex. Sistema Integrado de Apoio à Educação, Plataforma Digital de Apoio à Rede Social Local, etc.).

Outro desígnio será o de aproximar a administração pública dos cidadãos. Algumas que estão a ser implementadas pelo Município, têm em vista a construção de um modelo mais eficaz de prestação de serviços públicos integrados na rede de Lojas do Cidadão. Tal modelo passará por concentrar na “Loja do Cidadão” diferentes serviços da Administração Central e Local, através de Balcões Multisserviços. Para esta ação deverá ser desenvolvida uma **plataforma web que interaja com os Portais do Cidadão e que permita a integração com os portais da autarquia**, garantindo, assim, a uniformização e permanente atualidade da informação.



## 5. CONCLUSÃO

Cada um destes grupos é constituído por um conjunto de projetos harmonizados numa lógica de coerência interna, revelando o conjunto de ações que importa concretizar na ótica global do PDM da Batalha. A programação e as estimativas de custo apresentadas nos diferentes domínios não se constituem como instrumentos de definição orçamental, mas antes, como instrumentos estratégicos orientadores da planificação camarária a médio e longo prazo. Para além dos aspetos conjunturais, que podem determinar alterações ou mesmo inversão nas prioridades estabelecidas, deve ter-se em conta que a execução de parte das intervenções previstas depende de políticas sectoriais, assim como da disponibilidade financeira das várias fontes consideradas (Município, Privados e outros).

Os diversos projetos propostos para o período de vigência do Plano para o concelho da Batalha, identificados nos quadros, têm associadas estimativas de custos, fontes de financiamento e uma programação cronológica que carecem de importantes ajustamentos em função dos projetos técnicos a elaborar e da programação do novo quadro comunitário de apoio 2015-20. Para alguns desses projetos/intervenções não foram definidos custos pelo facto de ainda não se ter conhecimento do investimento necessário à sua implementação.

A calendarização apresentada estabelece como período formal de execução do Plano, o decénio seguinte ao início da sua vigência (anos 1 a 10) e foi elaborada tendo em conta critérios como a prioridade das intervenções, a articulação entre alguns dos planos, a existência de estudos ou procedimentos prévios em curso e ainda critérios relativos à distribuição geográfica pelo concelho, à abrangência territorial, à complexidade do sistema urbano e ao universo populacional atingido.

A validade do Programa de Execução está diretamente associada às opções feitas em determinado contexto, pelo que dado o seu carácter dinâmico, deverá ser aferido à medida que surjam evoluções capazes de afetar os resultados previstos.

Deste modo, este documento deve funcionar como uma orientação geral das atividades a realizar no futuro, não constituindo um programa de gestão financeira de aplicação direta. A elaboração do orçamento para as realizações do PDM obedece a critérios técnicos associados aos projetos, sendo a sua distribuição, sustentada pelas prioridades do município e pelas tendências e pressões de desenvolvimento e ordenamento manifestadas.